

## 1. Enquadramento

### 1.1. Introdução

O caminho do futuro é “um processo dinâmico que permite que todos concretizem as suas potencialidades e melhorem a sua qualidade de vida, sem contudo pôr em causa a protecção e a continuidade dos vários sistemas de vida do nosso Planeta.”<sup>1</sup>

No passado, as medidas económicas não consideravam a totalidade dos custos e benefícios das decisões, uma vez que não se contabilizava o seu impacto nos stocks de capital natural (bens como minerais, petróleo, madeira...) e nos “serviços ambientais” (ar e água limpos, regulações climáticas). Nos dias de hoje, já não é possível que a política e a estratégia económicas não integrem a interrelação entre variáveis ambientais e actividades económicas. Também não é possível ignorar o impacto das opções actuais nas opções possíveis das gerações futuras.

Este modelo sócio-económico, que se designou por desenvolvimento sustentável, concilia a economia com o ambiente e a comunidade. Respeita, pois, os ecossistemas e considera a eficácia económica a par das finalidades sociais do desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável de uma comunidade integra e persegue a qualidade de vida dos seus membros.

A qualidade de vida não significa unicamente a melhoria do padrão de vida. Implica o quadro completo do bem-estar pessoal – os níveis de bem-estar do indivíduo, abrangendo as várias dimensões. A qualidade de vida é por isso um conceito lato, multidimensional, que genericamente exprime o sentimento de bem-estar e satisfação do cidadão e de uma comunidade, resultante da envolvente externa, na medida da satisfação das suas necessidades. Abrange a análise de condições de vida objectivas, tais como o rendimento, a saúde, o número de amigos ou as condições de trabalho, e inclui a avaliação subjectiva das circunstâncias de vida em termos de bom e mau, satisfeito e insatisfeito, feliz e infeliz... E do ponto da qualidade de vida, a avaliação subjectiva pode ser determinante pois retrata o conjunto das experiências de vida das pessoas, compreendendo as oportunidades que se lhes apresentam, as escolhas que fazem e os resultados que alcançam nos seus contextos sociais, encontrando-se em

---

<sup>1</sup> *Farms for the Future* (Forum for the Future, 2003).

## 1. Enquadramento

### 1.1. Introdução

estreita relação com a integração dessas pessoas na comunidade, cultura e sociedade em que vivem.

Os factores de qualidade de vida são, assim, as vantagens não directamente económicas que essa comunidade tem para oferecer, integrando, nomeadamente, os seguintes vectores:

Qualidade do ambiente

Nível de vida

Condições de vida

Qualificação dos recursos humanos

O nível de vida identifica-se, sobretudo, com o padrão de vida dos residentes, exprimindo o bem-estar económico individual e o estado da economia local. Diz respeito à capacidade do cidadão de satisfazer necessidades de consumo, compatíveis com a sua cultura, história e tradições, dependendo da existência de actividades produtivas geradoras de bem-estar material, susceptíveis de criação de riqueza, e da consequente disponibilização de emprego, postos de trabalho e bens de consumo.

Por seu lado, as condições de vida englobam as prestações sociais e cuidados de saúde disponibilizados, a segurança, o acesso a actividades de cultura, lazer e desporto, a participação social, comunitária e política e o funcionamento das instituições locais, públicas e privadas. Relacionam-se com a satisfação de necessidades, que se concretiza através da organização da sociedade, defendendo os valores essenciais ao bem-estar social, psicológico, moral, religioso e cultural de cada cidadão.

Complementarmente, a qualidade do ambiente envolve todo o ecossistema e o património construído, dizendo respeito à defesa e conservação dos recursos naturais essenciais à vida: ar puro, água disponível e de qualidade para consumo, espaços verdes, ausência de ruído, solos não contaminados, etc.

O conhecimento e a inovação estão intrinsecamente ligados com a promoção e qualificação dos recursos humanos. A utilização do conhecimento e a potenciação da inovação na criação e difusão de novas ideias, tecnologias e serviços, no recrutamento e manutenção de quadros eficientes, na reorganização do trabalho e no

## 1. Enquadramento

### 1.1. Introdução

reforço da empregabilidade, traduz-se num crescimento claro da qualidade de vida dos membros da comunidade.

A adequada interacção e articulação destes vectores nos processos de decisão estratégica da comunidade, e na sua subsequente execução, é um instrumento essencial da construção do sentimento de bem-estar ou satisfação em que se traduz essa qualidade de vida. Este sentimento reflecte, na sua essência, uma comunidade orientada sobretudo para a sua dimensão humana.

A construção de comunidades sustentáveis implica a participação de todos os elementos da sociedade nos processos de decisão. Só um processo baseado na comunidade pode ultrapassar as barreiras políticas, burocráticas e psicológicas à mudança.

Contudo, um processo conduzido pelos cidadãos tem de ser apoiado por políticas públicas, indispensáveis para assegurar a transição para um desenvolvimento sustentável. As autoridades locais podem ajudar as suas comunidades a serem mais sustentáveis, mas não o podem fazer sem a participação das mesmas.

Cada concelho ou região deve tirar partido das suas particularidades próprias, concretas, e que o distinguem para atingir o desenvolvimento sustentável. Dessa forma pode construir o futuro e promover o interesse dos seus habitantes, para investir as suas capacidades e o seu trabalho nesse lugar.

No Concelho da Marinha Grande, as empresas representam o recurso mais valioso, estando intrinsecamente ligadas ao seu desenvolvimento económico, social e cultural. Por isso, esta componente foi alvo de especial atenção, de modo a obter um enquadramento da situação e das expectativas da estrutura empresarial do Concelho. Este conhecimento permitiu-nos, pois, conduzir a estratégia para a implementação de medidas facilitadoras de melhoria da sua competitividade.

O percurso da Marinha Grande está ligado ao conhecimento e à inovação, como factor de diferenciação positiva, que toma particular relevância.

Inovar significa produzir, assimilar e explorar com êxito a novidade nos domínios económico, social e ambiental. Pode abranger a renovação e o alargamento da gama de produtos e serviços e dos mercados associados; a criação de novos métodos de

## 1. Enquadramento

### 1.1. Introdução

produção, de aprovisionamento e de distribuição; a introdução de alterações na gestão, na organização do trabalho e nas condições de trabalho, bem como nas qualificações dos trabalhadores.

A rapidez e a eficácia da difusão da inovação na economia são fulcrais para o crescimento económico. Além disso, e dependendo da origem, inovação pode ser distinguida entre *Open Innovation* (inovação aberta) e *Closed Innovation* (inovação fechada). A inovação fechada reporta-se ao processo de limitar o conhecimento ao uso interno de uma empresa e não fazer uso, ou somente um pequeno uso, do conhecimento exterior. A inovação aberta refere-se ao processo de usar também fontes e informações externas (como licenças, patentes, etc.), melhorando a gestão do conhecimento e, entre outros, o conhecimento tácito da empresa, com o objectivo de acelerar o processo de inovações.

As empresas são motivadas para a inovação por pressões e desafios, nomeadamente a concorrência, e pelo desejo de criar um espaço de mercado novo. A força induzida pela concorrência e a imitação desenvolve e aperfeiçoa a inovação inicial, de tal forma que o impacte na economia é, usualmente, bastante superior ao produzido pela primeira aplicação da inovação. Transversal a tudo isto estão o conhecimento e as pessoas, determinantes na redistribuição contínua de recursos que permitem aumentar a eficácia e o valor económico.

Na Marinha Grande a inovação toma uma importância fundamental para a vitalidade do Concelho, não só pelo tipo de inovação produzida (aberta e fechada), mas pela colocação do Concelho na vanguarda do que se faz a nível mundial, nas suas áreas produtivas. Esta é uma realidade incontornável, que não sendo do domínio e conhecimento geral, deve ser divulgada e expandida. A Marinha Grande tem de assumir a sua notoriedade como território onde a inovação acontece, pelo que também o seu desenvolvimento sustentável passa pelo uso e adaptação do espírito inovador ao desenvolvimento que se quer para o Concelho.

Implementar uma política de desenvolvimento sustentável local implica ter em conta um conhecimento aprofundado da realidade onde se pretende actuar, uma avaliação dos seus diversos aspectos e especificidades. Obriga ainda a ter consciência de que a nova responsabilidade vem não só da nossa acção, mas também da nossa inacção.

A Agenda 21 Local do Concelho da Marinha Grande assenta nos quatro pilares da sustentabilidade: o social, o ambiental, o económico e o conhecimento e inovação.



## 1. Enquadramento

### 1.1. Introdução

Estes pilares afirmam-se em estratégias que se consubstanciam em medidas concretas que devem ser orientadas por um princípio de melhoria contínua, monitorizado por indicadores periodicamente mensuráveis.

Assim, de acordo com a moldura conceptual dinâmica duma Agenda 21, a Agenda 21 Local do Concelho da Marinha Grande pretende ser um quadro de referência para o desenvolvimento económico e social, tendo como pano de fundo o respeito pelo ambiente, pela biodiversidade, pela História e pelos recursos naturais. Pretende proporcionar aos decisores locais a oportunidade de, com a população, em coordenação com os poderes regionais e centrais, desenvolverem um diálogo construtivo de parceria e co-responsabilidade.

A Agenda 21 Local, enquanto processo de desenvolvimento, implica a identificação de problemas e de oportunidades, a optimização da aplicação eficaz e eficiente dos recursos disponíveis e a medição do progresso registado por referência aos objectivos fixados, tendo em vista satisfazer as necessidades presentes e futuras das comunidades.

Importa referir que este trabalho pretende fazer uma análise da realidade do Concelho, relevando potencialidades ou fragilidades e apontando caminhos. A intenção dessa avaliação tem por objectivo fornecer ao executivo camarário um instrumento de trabalho para intervir no desenvolvimento sustentável do Concelho, não tendo qualquer pretensão de tecer quaisquer juízos de valor.

É de salientar que o conteúdo do capítulo “Viver na Marinha Grande” se reporta ao levantamento de informação realizado durante o trabalho de campo no Município em **Maior, Junho e Julho de 2008**. Por isso é perfeitamente possível que, depois desta data, se tenham registado algumas alterações, que tenham modificado algumas das situações encontradas.

Finalmente, deixamos uma palavra de agradecimento pela disponibilidade de todos os interlocutores e informadores privilegiados (executivo da Câmara Municipal, técnicos da Câmara Municipal e todos os demais entrevistados) que colaboraram na elaboração deste trabalho – Relatório, Planos de Acção e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – e para o qual foi muito relevante o conteúdo das informações recolhidas.



## 1. Enquadramento

### 1.2. A Agenda 21 Local

Em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) aprovou um Plano de Acção para o Século XXI, intitulado “Agenda 21”. A ECO 92 (como ficou conhecida) foi realizada na comemoração dos 20 anos da Conferência de Estocolmo – evento em que as autoridades mundiais procuraram enfrentar a crise ambiental e apelaram ao empenho na educação ambiental. Colocou a questão do *Desenvolvimento Sustentável* na ordem do dia das políticas públicas.

No relatório “O Nosso Futuro Comum” (Relatório *Brundtland* - 1987), destinado a preparar a citada Conferência do Rio, surge o conceito de *Desenvolvimento Sustentável* adoptado e que mantém toda a sua actualidade:

“Desenvolvimento que permite a satisfação das necessidades de hoje, sem, no entanto, comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas necessidades”.

A Agenda 21 vem ao encontro desta preocupação, delineando vias genéricas para encontrar soluções. Trata-se de um programa global de acção, a ser posto em prática pelos governos, as instituições de desenvolvimento, os organismos das Nações Unidas e os grupos de sectores independentes, em todas as áreas que afectam o ambiente. A sua atenção dirige-se a quatro sectores, em especial:

O campo económico e social do desenvolvimento

A conservação e renovação dos recursos utilizados para o desenvolvimento

A participação na decisão de grupos maioritários da população

A concretização de medidas que permitam um desenvolvimento sustentado

A sustentabilidade tem como desafios problemas que, não sendo novos, têm a necessidade de resolução ou de inversão das tendências registadas, oriundos nas relações em contínua evolução do homem com o homem e do homem com a biosfera. Isso supõe uma nova ética global e uma atitude ética dos indivíduos e da

1. Enquadramento  
1.2. Agenda 21 Local

sociedade, reconhecendo e respondendo com sensibilidade. São, pois, considerados desafios à sustentabilidade temas globais como: a erradicação da pobreza, com a promoção do desenvolvimento social e da saúde; a promoção de padrões de produção e consumo sustentáveis, no sentido de uma maior eco-eficiência da economia; a conservação e gestão sustentável dos recursos; o reforço da boa governação a todos os níveis, incluindo a participação pública; os meios de implementação, abrangendo a capacitação, a inovação e a cooperação tecnológica.

Promover a elaboração de Agendas 21 Locais, estimulando a intervenção dos níveis local e regional no processo de desenvolvimento sustentável, de acordo com o Capítulo 28º da Agenda 21<sup>2</sup> é um processo participativo, multisectorial, cuja implementação assenta em planos de acção congregando as prioridades locais.

Conduzido pelos executivos municipais, trata-se de um processo estratégico, e de longo prazo, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades e integrando as vertentes social, económica e ambiental. Assenta numa micro-estrutura física e com administração própria, consubstanciando, assim, os princípios do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, em 1994 a União Europeia e a cidade de Aalborg, na Suécia, patrocinaram a Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, organizada pelo ICLEI (Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais). Desta Conferência resultou a “Carta de Aalborg”, assinada por mais de 300 entidades, que deu início à Campanha para as Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis, e em cuja Parte III se sublinha a importância do lançamento nas comunidades locais de processos de Agenda 21 Local.

Os signatários da Carta de Aalborg comprometeram-se a lançar um Plano de Acção Local incluindo as seguintes fases:

Reconhecimento dos métodos de planeamento e dos mecanismos de apoio financeiro existentes, assim como de outros planos e programas

Identificação sistemática dos problemas e das suas causas através de consulta pública

Priorização das tarefas para tratar os problemas identificados

Definição do cenário para uma comunidade sustentável através de um processo de participação alargado a todos os sectores da comunidade

<sup>2</sup> O Capítulo 28.º da Agenda 21 pode ser consultado na Base de Dados, em CD-Rom Anexo.

1. Enquadramento  
1.2. Agenda 21 Local

Exame das estratégias alternativas de desenvolvimento

Estabelecimento de um Plano de Acção Local, a longo prazo, para a sustentabilidade, o qual deve incluir metas mensuráveis

Programação da implementação do Plano, incluindo o calendário e a atribuição de responsabilidades aos parceiros

Estabelecimento das regras para a monitorização do processo de implementação do Plano

Este Plano de Acção, assente nos resultados da monitorização, permite a aplicação operativa do Princípio da Melhoria Contínua baseado no ciclo “planear, executar, medir e actuar” (ciclo de Deming). É, pois, uma forma eficaz de delinear e executar estratégias que, a partir da experiência de aplicação, vão recolhendo orientações para continuar e aprofundar o desenvolvimento de forma sustentada.

A CNUAD reconhece que é ao nível do Poder Local que grande parte dos problemas do desenvolvimento sustentável se poderão resolver. Isto não é mais do que a constatação de que, somente perto das comunidades e com o envolvimento destas, é possível identificar, planear, executar e monitorizar o desenvolvimento sócio-económico e ambiental dessas mesmas comunidades.

A Agenda 21 Local destina-se a favorecer de forma sustentada o desenvolvimento da Qualidade de Vida ao nível local. Os temas por ela abordados incluem capítulos que se desdobram em quatro vertentes: nível de vida (economia), condições de vida (sociedade), qualidade do ambiente e qualificação dos recursos humanos. Assim, não é de estranhar que aspectos como a criação de emprego, a exclusão social, a saúde, a terceira idade, os transportes e acessibilidades, o respeito pela História e pelo património construído, a educação, o associativismo, o desenvolvimento de actividades produtivas, a inovação, o turismo, o acesso a produtos agrícolas ecológicos, a qualidade do ar, do solo, da água, o tratamento de resíduos e de efluentes líquidos, as energias renováveis, etc., sejam objecto de análise na Agenda 21.



## 1. Enquadramento

### 1.3. Metodologia de desenvolvimento

A Agenda 21 Local, como programa de desenvolvimento sustentável, implica a definição de uma metodologia coerente, fiável e simples, passível de ser genericamente entendida, de ser executada com facilidade e de ser acompanhada com simplicidade.

A metodologia desenvolvida parte da qualificação do Concelho como uma unidade complexa, na qual os recursos ambientais interagem com o desenvolvimento económico, social e cultural dos cidadãos. Assenta, ainda, numa perspectiva integradora e transversal das políticas sectoriais locais.

Neste contexto, a aplicação da metodologia deve permitir equacionar os problemas e definir uma forma de os hierarquizar, estabelecendo prioridades para a actuação. É, assim, um processo sequencial, por etapas, que, partindo de um referencial actual, aponta objectivos operacionais de desenvolvimento sustentável de forma criteriosa e define planos de acção consequentes e adequados à concretização daquelas opções.

O envolvimento e o poder de decisão das comunidades locais, nomeadamente por via da vontade e da liderança dos seus representantes políticos, constituem o fulcro da filosofia da Agenda 21 Local.

O projecto de implementação da Agenda 21 Local na Marinha Grande foi dividido em várias etapas e fases sequenciais, estando estas organizadas de uma forma sistemática e sequencial e de conclusão obrigatória.

Por opção do Executivo Autárquico, a abordagem da Agenda 21 Local no Concelho da Marinha Grande teve em especial atenção as características endógenas do Concelho, no que respeita à estrutura empresarial existente. A Marinha Grande tem nas actividades industriais a base da sua estrutura económica, pelo emprego e riqueza que criam. Manter esta base de sustentação, torna-se vital para o desenvolvimento sustentado do Concelho. Isso implica conhecer o universo empresarial do Concelho, seus problemas e expectativas, de modo a implementar medidas facilitadoras de melhoria da sua competitividade. A esta preocupação foi dado especial enfoque no diagnóstico do Concelho.

Com o Diagnóstico completo pode então definir-se a Visão, os Objectivos Operacionais e os Planos de Acção, tendo em conta as necessidades globais do diagnóstico, bem como o conjunto de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para monitorizar todo o processo para os quatro pilares da Agenda 21 Local.

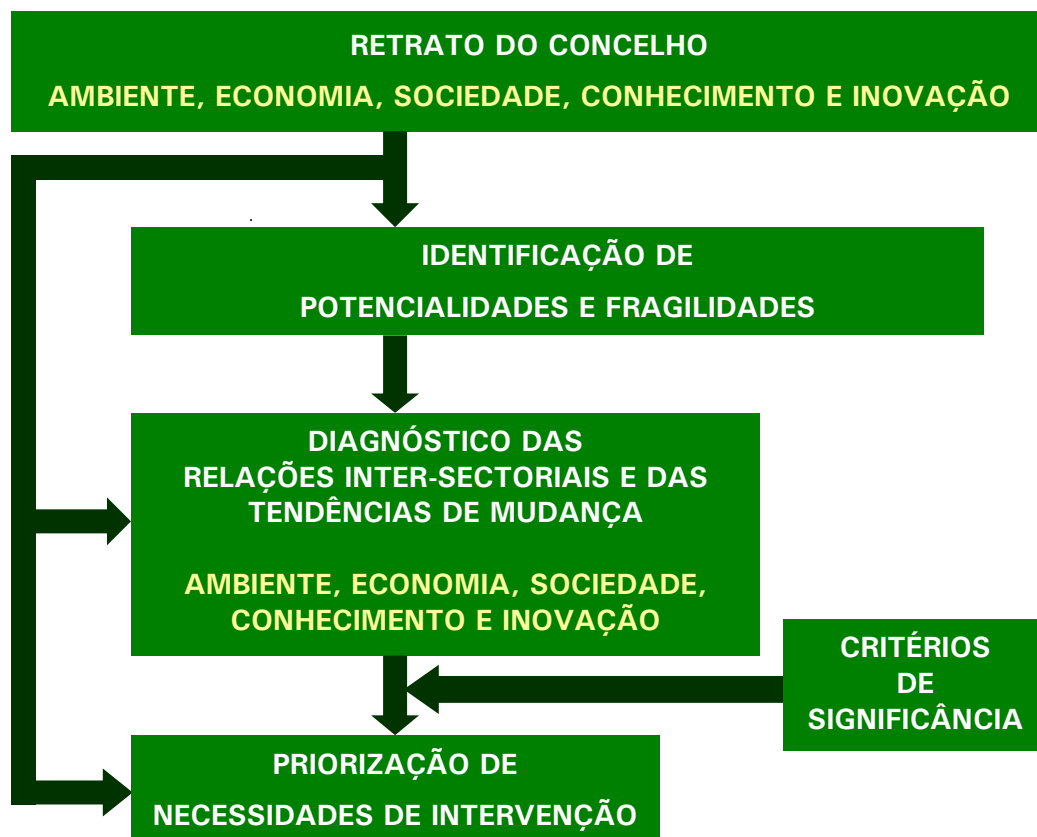
1. Enquadramento  
1.3. Metodologia de desenvolvimento

A avaliação e validação do processo concluem-se com a criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável – peça indispensável e constitutiva da metodologia de arquitectura do projecto Agenda 21 Local.



1. Enquadramento  
1.3. Metodologia de desenvolvimento

O capítulo seguinte diz respeito à 1ª Etapa deste processo, sendo que esta obedece às seguintes fases:



Os restantes capítulos dizem respeito às etapas subsequentes e apontam:

- ❑ A Visão partilhada por todos para o futuro que se pretende desejável para o Concelho da Marinha Grande e os Objectivos Operacionais que devem ser definidos para a consecução dessa Visão. Para esse efeito são criados os Planos de Acção com linhas e subalíneas de acção a serem executados para a concretização dos Objectivos definidos.
- ❑ A responsabilização e Participação da Comunidade Marinhense, na implementação do processo através dos meios que tem ao dispor: os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e o Fórum de Desenvolvimento Sustentável.

1. Enquadramento  
1.3. Metodologia de desenvolvimento

### Retrato ambiental, económico, social e do conhecimento e inovação

Este retrato tem como objectivo principal o conhecimento da situação actual do Concelho. Trata-se da análise quantitativa e qualitativa, que constitui o “referencial zero”, isto é, a sistematização da realidade do concelho de que se parte.

Tendo por base este “referencial zero”, são identificadas as potencialidades e fragilidades do Concelho, tendo em vista um percurso de desenvolvimento sustentável.

### Diagnóstico das relações inter-sectoriais e das tendências de mudança

O Diagnóstico ambiental, económico, social e do conhecimento e inovação do Município tem como objectivo identificar as principais relações intersectoriais e tendências de mudança, bem como a medida em que elas influenciam e devem ser ponderadas nos objectivos operacionais e nos planos de acção a definir.

Assim, a análise qualitativa consubstanciada no retrato actualizado da comunidade é quantificada, através do estabelecimento de uma grelha multi-critério cujo resultado se traduz numa matriz de diagnóstico e avaliação.

### Priorização de necessidades de intervenção

No contexto do Concelho, identificadas as potencialidades e fragilidades através da matriz de diagnóstico, para que essa informação quantitativa e qualitativa não se reduza a um mero inventário sem valor operativo, importa estabelecer hierarquias de orientação e actuação, priorizando necessidades de intervenção.

Esta priorização é uma ferramenta relevante de planeamento e gestão, constituindo o ponto de partida para actuações concretas e facilitando a participação da comunidade.

1. Enquadramento  
1.3. Metodologia de desenvolvimento

### Visão e Objectivos Operacionais

A Visão e dos Objectivos Operacionais são definidos na sequência do Diagnóstico traçado, depois de priorizadas as necessidades de intervenção. Têm em linha de conta as grandes orientações de base política e conceptual do desenvolvimento sustentável – saber escolher e saber renunciar para ter uma decisão coerente – e englobam num horizonte temporal alargado os quatros pilares: ambiente, economia, sociedade e o conhecimento e inovação.

### Planos de Acção

Este quadro de referência, consubstanciado na Visão e nos Objectivos Operacionais, constitui a âncora dos Planos de Acção - proposta idealizada para a concretização de um futuro mais sustentável para a comunidade.

Para cada objectivo operacional propõe-se um conjunto de planos de acção que poderão ser consultados no volume “Planos de Acção”.

### Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

O acompanhamento da execução dos Planos de Acção implica a aplicação de um sistema de medida e avaliação estandardizado, coerente com as actuações propostas. Importa, assim, criar um sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. O sistema de indicadores criado encontra-se no volume “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável”.

A sua monitorização far-se-á recorrendo a uma aplicação Web – parte integrante deste trabalho e fornecida em CD-ROM anexo – que permite avaliar online a evolução dos indicadores.

- 1. Enquadramento
- 1.3. Metodologia de desenvolvimento

### Estratégia de Informação e Comunicação

Decorrente também do Diagnóstico do Concelho, foram identificadas fragilidades e potencialidades, que demonstram uma necessidade real e premente para a Marinha Grande: dar visibilidade ao território e ao que nele se congrega.

Para dar resposta a isto, foi criado, por um lado um objectivo operacional exclusivo para o efeito – Informar e Comunicar – do qual resulta um conjunto de acções concretas, que pela sua importância estão destacadas em volume próprio neste relatório – Estratégia de Informação e Comunicação.

